



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

**Um suspiro de força: reportagem televisiva sobre feminicídio em
Campo Grande - MS**

Gabriela Mansano Gonçalves Cenciarelli

Campo Grande
JUNHO/ 2024

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Um suspiro de força: reportagem televisiva sobre feminicídio em Campo Grande - MS

GABRIELA MANSANO GONÇALVES CENCIARELLI

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Projeto Experimental II do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador(a): Prof. Dr. Taís Marina Tellaroli Fenelon

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: Um suspiro de força: reportagem televisiva sobre feminicídio em Campo Grande - MS

Acadêmicos: Gabriela Mansano Gonçalves Cenciarelli

Orientador: Taís Marina Tellaroli Fenelon

Data: 27/06/2024

Banca examinadora:

1. Ana Livia Tavares
2. Felipe Quintino Monteiro Lima

Avaliação: (x) Aprovado () Reprovado

Parecer: A banca recomenda a divulgação do trabalho em diversas plataformas devido a sua importância temática.

Campo Grande, 27 de junho de 2024.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Taís Marina Tellaroli Fenelon, Professora do Magistério Superior**, em 27/06/2024, às 14:56, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Laura**

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Seligman, Professora do Magistério Superior, em 28/06/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4896817** e o código CRC **0C5EC34F**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.016982/2024-74

SEI nº 4896817



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

Agradecimentos	
Resumo	
Introdução	
1. Atividades desenvolvidas	
1.1 Execução	
1.1.1 Estudo do formato e aprofundamento do tema	
1.1.2 Apuração	
1.1.3 Busca de fontes	
1.1.4 Gravação de entrevistas e passagens	
1.1.5 Produção e captação de imagens	
1.1.6 Escrita do texto	
1.1.7 Edição	
1.2 Dificuldades encontradas	
1.3 Objetivos alcançados	
2. Suportes teóricos adotados	
Considerações finais	
Referências	
Apêndice	



AGRADECIMENTOS

Esse trabalho nasceu do meu amor pelo jornalismo. Hoje eu tenho certeza que eu nasci pra ele. A minha vontade de escutar, entender e ampliar vozes veio dessa paixão. Como o Trabalho de Conclusão de Curso é um dos passos finais para que eu possa entrar de vez na profissão, meu principal agradecimento é ao jornalismo. Ao jornalismo real, do dia a dia, que coloca rostos nas dores das pessoas, que cobra o poder público e que faz parte de uma mudança real na sociedade. Através dele, tenho mais vontade de viver, aprender e exercitá-lo a cada dia.

Por essa paixão, também tenho a quem agradecer. Tive a sorte de, ao entrar no mercado de trabalho no estágio, conhecer pessoas que, através do jornalismo que fazem, me apaixonaram ainda mais por ele. Algumas dessas pessoas tiveram parte em me ajudar diretamente com esse trabalho. Preciso agradecer especialmente ao jornalista e meu melhor amigo Marcos Rivany, que a ajuda vai muito além das vezes que foi em entrevistas comigo ou deu ideias para o projeto. Mesmo sem saber, Marcos me inspira a fazer um jornalismo melhor todos os dias. O cuidado, ética e amor como ele faz cada reportagem evidencia o jornalismo que eu sonho em fazer. Agradeço também a Bruna Marcondes, mulher extremamente forte que, mesmo não sendo jornalista, esteve ao meu lado e me ajudou e inspirou em todas as partes do processo. Os dois estão presentes nesse trabalho e tenho muito a agradecer.

Em relação ao tema, preciso agradecer às gerações de mulheres fortes que existem na minha família. Fui criada por mulheres guerreiras, de personalidades contagiantes e que sempre me inspiraram a buscar os direitos das mulheres. Maria Solange Cenciarelli, Raquel Cenciarelli, Maria da Silva, Ana Ortega, Lucimeire Cenciarelli, Mariana Cenciarelli, Lorena Cenciarelli e Joséfa Ortega. Preciso agradecer, em especial a minha tia Maria Donina da Silva. Ela viveu todos os seus dias lutando para ampliar as vozes de quem precisava. A memória dela me inspira a todos os dias fazer o mesmo.

Grandes mulheres e jornalistas que fizeram parte desse trabalho e também merecem agradecimentos foram Luísa de Oliveira, Lara Bellini, Ana Laura Menegat e Victória Amorim.



Elas participaram da produção desse projeto estando comigo e acreditando em mim em todos os momentos. Sem elas, ele não seria possível.

Agradeço também especialmente a minha alma gêmea, Raquel Cenciarelli. Raquel viveu todos os dias da minha vida fazendo parte de quem eu sou. Sem o apoio emocional e inspiração que ela me traz diariamente, não seria capaz de escrever nenhuma dessas páginas.

Por fim, agradeço à minha orientadora Taís Fenelon por todo o suporte e por acreditar em mim.



RESUMO:

A reportagem televisiva produzida é um projeto audiovisual de 14 minutos que tem como objetivo dar visibilidade para casos de feminicídio e violências que assombram as mulheres campo-grandenses diariamente. O trabalho questiona se os meios de combate à violência contra a mulher no estado são suficientes e quais são as medidas que precisam ser tomadas para lutar contra essas violências machistas e sistêmicas. Para isso, foram entrevistadas mulheres profundamente marcadas pelo crime da violência e ainda mulheres que trabalham diariamente para combatê-lo. Foram gravadas seis entrevistas que, juntas, contam histórias de força, busca por melhoras na sociedade e principalmente incentivam vítimas a buscarem ajuda e denunciarem seus agressores.

PALAVRAS-CHAVE: Feminicídio. Crime. Mulheres. Mato Grosso do Sul. Violência.



INTRODUÇÃO

O presente projeto teve como objetivo produzir uma grande reportagem televisiva sobre os casos de feminicídio que acontecem em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. O produto tem por objetivo falar sobre o caso de uma mulher que foi vítima de violência doméstica e contar a história de uma filha que perdeu a mãe para o feminicídio. Através das histórias de vida e morte das mulheres escolhidas para esta reportagem audiovisual, mostrar ao telespectador que a violência contra a mulher mata, destrói famílias e que a qualquer indício de violência, a mulher pode se tornar vítima fatal, e esses casos precisam ser denunciados.

O presente trabalho surgiu de uma pergunta: A medida protetiva é efetiva? Para compreender o problema, abordei quais são os meios em que as mulheres podem pedir ajuda em caso de violência e se os meios existentes são suficientes. Para isso, foram entrevistadas representantes do poder público, da polícia e da Casa da Mulher Brasileira.

Os casos de feminicídio são, em definição da Lei Federal do feminicídio 13.104/15¹, as violências domésticas que acabam no assassinato da mulher, cometido em razão do gênero, ou seja, a vítima é morta por ser mulher. Essa legislação foi aprovada no Congresso Nacional em 2015. Com isso, somente há oito anos o Brasil passou a ter uma lei que tipifica o assassinato de mulheres por motivo de gênero. Além do feminicídio, as vítimas sofrem violência diariamente de diversos outros tipos. Dessa forma, é importante que o jornalismo dê visibilidade para as histórias de mulheres que tiveram suas vidas interrompidas apenas por serem mulheres, e dê força e coragem para outras que estejam passando por qualquer tipo de violência consigam reconhecer a situação e possam denunciar seus agressores.

A lei federal 11.340², conhecida como Lei Maria da Penha, define a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Nesse projeto, foca-se em casos de feminicídio, que possam evidenciar a gravidade e fatalidade que o simples fato de ser mulher representa na sociedade brasileira. Porém é importante ressaltar que, ao falar

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 07/05/2023

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 07/05/2023.



de feminicídio, é fundamental abordar também a violência doméstica. Isso porque os feminicídios, em sua maioria, começam na violência contra a mulher em suas variadas formas.

Mulheres que sofrem um tipo de violência que não seja física, podem tender a acreditar que não seja necessário denunciar, e acabam normalizando violências. Uma das problemáticas nisso é que toda violência começa em algum lugar. Grande parte dos casos de feminicídio não começam com o assassinato. Qualquer agressão, seja ela verbal, psicológica ou econômica indica um comportamento que deve ser denunciado, para que a mulher possa se proteger. A reportagem visa conscientizar a sociedade e principalmente as mulheres para o fato de que vítimas são vítimas, e não podem ter vergonha ou qualquer culpa sobre o abuso a qual foram expostas. A reportagem pretende incentivar cada vez mais as mulheres a denunciarem e se protegerem da violência, em todas as suas formas.

Além disso, existe uma tendência de culpabilização da vítima. Em muitos casos, o senso comum julga seus comportamentos, roupas e ações como fatores que incentivam a violência que sofrem. No projeto, pretendo evidenciar que independente de todas as circunstâncias, mulheres estão vulneráveis a serem vítimas da violência, e a única forma de mudar o cenário é desvelar esses casos e punir os agressores.

Falar sobre casos que aconteceram em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, primeiro estado a ter uma Casa da Mulher Brasileira, que hoje funciona 24 horas por dia, todos os dias, ainda é assustador. Isso porque, mesmo com todos os avanços legais, do início do ano até o presente momento (10/06/2024), já foram registrados 2711 casos de violência doméstica, 234 estupros e 5 feminicídios em Campo Grande. Se pensarmos nos casos do estado todo, esses números são 8.621, 833 e 16, respectivamente. Se considerarmos que até agora, em Campo Grande, 2.315 casos de violência doméstica foram registrados, e o ano teve 123 dias, ou seja, 177.120 minutos, a cada uma hora e 16 minutos um caso de violência doméstica contra mulher foi registrado em Campo Grande.

Os números registrados são alarmantes. Durante a produção da reportagem pretendo conscientizar os telespectadores, através da análise de outros casos, de que toda mulher está exposta e vulnerável a esse perigo, e que é preciso que o cenário seja mais visto pela sociedade para que algo possa mudar.



Na intenção de promover essa visibilidade, foi importante produzir o presente trabalho no formato de uma reportagem televisiva, dada a relevância do telejornalismo dentre os meios de comunicação brasileiros e a forma na qual a população do nosso país consome notícias e informações. A última Pesquisa Brasileira de Mídias, realizada em 2016, revela que 63% dos brasileiros utilizam a televisão como principal meio de comunicação para se informar sobre o que acontece no país, em detrimento das 26% de pessoas que consomem a internet em primeiro lugar.

Mais recentemente, pesquisa realizada pela Kantar IBOPE Media, que estuda a disseminação dos conteúdos em vídeo no Brasil, revela que, em 2021, 93% dos brasileiros viram a televisão linear (emissoras abertas ou por assinatura que transmitem conteúdo em vídeo com horários predefinidos) ao longo de um mês e ela alcançou 54% dos indivíduos a cada dia. Ela explica que a televisão linear ainda concentra 79% de todo o tempo gasto consumido vídeo dentro de casa. Dessa forma, este projeto tem a intenção de ser uma reportagem de fácil e vasto acesso sobre um assunto de extrema relevância e, dessa forma, seja difundido em diversas plataformas de mídia.

Outro motivo para produzir esse projeto no formato de reportagem televisiva é que, nos últimos meses, tive a oportunidade de estagiar em uma rede aberta de televisão do estado. Nesse tempo tive a chance de acompanhar a cobertura jornalística de alguns casos de violência contra a mulher que as levaram à morte. Nessa cobertura, as circunstâncias me impressionaram como mulher e como futura jornalista.

O caso da menina Sophia Jesus Ocampo, relatado em matéria do G1³, que morreu no dia 26 de janeiro, aos 2 anos de idade, após ser estuprada e agredida repetidas vezes pelo padrasto, me emocionou pela idade e a crueldade que a menina sofreu. O Conselho Tutelar já havia recebido denúncias sobre o casal, mas a guarda não foi retirada deles.

Karolina Pereira, cujo feminicídio relatado em matéria do Diário Digital⁴, morreu no dia 02 de maio aos 22 anos após seu ex-namorado não aceitar o fim do relacionamento e atirar nela e em um rapaz que estava com ela. Nesse caso, o que chama maior atenção é que o feminicida

³Disponível em:

<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/02/15/caso-sophia-menina-foi-estuprada-tres-dias-antes-de-ser-morta-diz-defesa.ghtml>. Acesso em: 07/05/2023.

⁴Disponível em:

<https://www.diariodigital.com.br/policia-2/jovem-de-22-anos-baleada-por-ex-namorado-morre-na-santa-casa>. Acesso em 07/05/2023.



mandou um áudio em um aplicativo de comunicação para a mãe da vítima de maneira totalmente cruel e fria dizendo que Karolina “cagou pra ele, traiu ele”, e por isso teria cometido o crime. Karolina já tinha medida protetiva contra seu assassino, e seu amigo que morreu com ela estava a acompanhando até a casa dela por causa do medo que a jovem tinha de andar sozinha.

O terceiro caso que me motivou a escrever o projeto sobre esse tema foi o caso da Albina Freitas Ribas Luiz Gonçalves, relatado pelo Midiamax⁵, que foi assassinada no dia 28 de fevereiro por seu ex-marido na véspera do seu aniversário de 50 anos. Albina tinha registrado boletim de ocorrência de uma ameaça feita pelo seu agressor 21 dias antes do crime, mesmo assim foi assassinada a facadas no caminho do trabalho em um lugar público, com várias pessoas ao redor. O crime foi gravado por câmeras de segurança, e o que me comoveu mais sobre a história foi que no dia em que deveria estar comemorando 50 anos de vida, Albina foi enterrada.

Por causa do contato que tive com casos como esses, decidi produzir uma reportagem televisiva, que é a área que desejo seguir na profissão, construindo uma linha que destaque as similaridades e diferenças dos casos, possibilitando mostrar ao telespectador que a violência contra a mulher pode ser fatal, e precisa ser prevenida.

Os três casos e suas circunstâncias brutais me influenciaram na decisão do tema do projeto, mas não foram os que me aprofundei nesse trabalho porque, além de ter entregado ele em 2024, decidi ampliar o problema para não apenas falar de um ano específico. Tratei do feminicídio como um tema amplo, também utilizando dados atuais sobre o crime, não me atentando a um recorte de tempo. Durante a produção da matéria, escolhi o caso da Luiza Carolina como principal personagem da reportagem. Ela, em um ato de muita coragem, decidiu falar sobre a tortura e quase morte que sofreu nas mãos do ex-namorado. Além dela, escolhi escutar a Amanda, jovem de 19 anos que perdeu a mãe para o feminicídio em 2017, com a intenção de entender como muitas vidas podem ser afetadas pelo crime cruel. Dessa forma, pretendo, através das histórias de vida e morte das mulheres escolhidas, mostrar ao telespectador que a violência contra a mulher mata, e que a todo sinal de qualquer tipo de violência, a mulher pode se tornar vítima fatal, e precisa denunciar.

⁵Disponível em:

<https://midiamax.uol.com.br/policia/2023/mulher-foi-assassinada-a-facadas-pelo-ex-marido-um-dia-antes-de-completar-50-anos/>. Acesso em 07/05/2023.



1- ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- I. Pesquisa sobre reportagens existentes com o tema de feminicídio.
- II. Apuração sobre os casos de feminicídio que aconteceram no Mato Grosso do Sul em 2024.
- III. Apuração sobre as leis e medidas para pessoas que sofrem violência doméstica no estado.
- IV. Iniciei as buscas por possíveis fontes com vítimas de violência doméstica em Campo Grande - MS.
- V. Busquei por parentes de vítimas de feminicídio.
- IV. Procurei autoridades sobre o assunto no estado.

- VI. Elaboração de perguntas para entrevistas.
- VII. Marcação e gravação das entrevistas.
- VIII. Decupagem do material de todas as entrevistas;
- IX. Coleta de arquivo pessoal e autorização de uso de imagem das entrevistadas.
- X. Montagem do texto da reportagem.
- XI. Gravação das passagens.
- XI. Edição da reportagem.
- XII. Produção do relatório;
- XIII. Envio da reportagem e do relatório completo para revisão do orientadora;

1.1 Execução:

1.1.1 Estudo do formato e aprofundamento do tema

Para iniciar a produção da reportagem me aprofundei no tema de feminicídio. Pesquisei e assisti diversas reportagens televisivas e escritas que foram ao ar no estado sobre a morte de mulheres em 2023 e 2024. Consumindo esse conteúdo, pude me aprofundar em diversos casos de mulheres que tinham ou não feito medidas protetivas, e como isso influenciou em suas mortes.



Além disso, nessa fase do projeto, pude perceber como a maior parte das vítimas desse crime estavam apenas vivendo suas vidas normais quando o feminicídio aconteceu, me levando a pensar que todas as mulheres estão sujeitas a ser vitimadas por homens em suas vidas. Coisas simples como conversar com outros homens, voltar do trabalho a pé, usar roupas de sua escolha ou até mesmo sem nada que possa ser considerado uma provocação, levaram mulheres a serem mortas por feminicidas.

Por essa violência ser tão comum, encontrei muito material sobre o assunto na internet. Pude ler, assistir e escutar diversos detalhes sobre a vida e morte dessas vítimas, além de entender como esses fatos geralmente são noticiados. A partir disso, comecei a procurar casos que pudessem fazer parte do meu trabalho.

1.1.2 Apuração

Comecei a busca por dados de mulheres que sofreram qualquer tipo de violência no estado durante o ano de 2024. O projeto não abrange apenas um período de tempo, mas sim pretende tratar do feminicídio de forma mais ampla. Mesmo assim, os dados atuais foram relevantes para falar do cenário que mulheres hoje enfrentam no estado do Mato Grosso do Sul, que já esteve no ranking dos estados que mais matam mulheres no Brasil.

Dessa forma, me deparei com histórias de violências brutais. Os casos impressionaram por terem natureza tão cruel e acontecerem durante o cotidiano da vida das vítimas. Muitas estavam na frente da própria casa, voltando do trabalho, cuidando dos filhos e em diversas outras tarefas normais. Mesmo assim, foram mortas apenas pelo fato de serem mulheres. Os crimes tinham detalhes de violências que tiram não só a vida, mas a dignidade das vítimas. Com isso, a vontade de contar as histórias delas, para que não se tornem mais um número de uma triste estatística, nasceu em mim.

A partir daí comecei a pesquisar sobre as maneiras de se proteger de um crime como esse. Descobri que a medida protetiva é a principal forma de se proteger de um agressor, mas ela me pareceu insuficiente quando escutava o relato em reportagens de mulheres que não se sentiam seguras mesmo com ela.

Estudei a atuação da Delegacia Especializada da Mulher (DEAM) no MS, e percebi que ela vem atuando cada vez mais no desenvolvimento de formas de proteger mulheres em situação de



violência, e que a medida protetiva pode sim salvar vidas. Dessa forma, essa reportagem, mesmo apontando que a medida protetiva muitas vezes não é suficiente, não tem a intenção de desencorajar as mulheres a procurarem ajuda e fazerem a mesma, pois essa é a principal forma que a polícia pode agir para prender agressores.

1.1.3 Busca de fontes

Depois de entender o cenário do crime no estado, fui em busca de mulheres que sofreram com a dor da violência e também que perderam entes queridos para uma fatalidade como essa. Escolhi escutar somente duas fontes personagens por dois motivos. O primeiro foi que entendo o assunto como delicado, e não queria expor as mulheres que já passaram por uma violência a falarem sobre ela. O segundo foi que vejo o ato de aceitar uma entrevista e falar publicamente sobre essa dor como muito corajoso, e gostaria de me aprofundar o máximo possível nas histórias dessas duas mulheres, sem me preocupar com o tempo que poderia usar na reportagem.

Li muitas histórias até que uma me chamou atenção. Uma mulher, Luiza Carolina, que por pouco não foi vítima de feminicídio, postou nas redes sociais que queria falar sobre o assunto. Através do estágio tive acesso ao boletim de ocorrência que ela registrou após ser torturada e quase morta pelo ex-namorado em sua própria casa. Procurei fontes policiais que, em off, me passaram o telefone dela. Entrei em contato com ela e ela topou fazer a entrevista.

Depois disso, decidi que também queria ouvir algum familiar de uma vítima de feminicídio para evidenciar na matéria os danos causados a uma cadeia de pessoas por esse crime. Com isso em mente, vi um post de uma rede social de uma filha falando de lembranças com a mãe, que ela perdeu pro feminicídio em 2017. Pesquisei o nome dela na internet e estudei sobre o caso. A mãe da Amanda, a Pamella, foi morta com um tiro na cabeça em seu próprio trabalho, na frente de dezenas de pessoas, após registrar o sexto boletim de ocorrência contra o agressor. Por meio de uma amiga em comum, consegui o número de telefone da Amanda e a convidei para contar a história no meu TCC.

Para completar a reportagem, busquei fontes oficiais que poderiam falar com autoridade sobre o assunto no estado. A primeira foi a delegada Analu Ferraz, que atua no combate ao feminicídio na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher. Além dela, conversei com a Carla Stephanini, advogada especialista em gênero e Políticas Públicas, que é subsecretária de



políticas públicas para a Mulher na Capital e subsecretária da Mulher e da Promoção da Cidadania do Governo do Estado. Ela trabalha na coordenação da Casa da Mulher Brasileira no estado, e pôde falar sobre o atendimento oferecido às vítimas de violência, e as famílias das mulheres que foram vitimadas. Junto com ela, conversei também com a Marcia Paulino, que é psicóloga social e trabalha na subsecretaria de políticas públicas em Campo Grande. Por fim, entrevistei com a juíza Adriana Lampert, idealizadora da plataforma Conecta Jus Mulher e do Direito Simplificado (visual law e linguagem simples) usado nas Varas de Violência Doméstica. Mulheres de todo o estado podem pedir medidas protetivas de forma emergencial através da plataforma (www5.tjms.jus.br/conectajus/).

1.1.4 Gravação de entrevistas e passagens

Durante o mês de maio de 2024 fiz todas as entrevistas. Para fazer as entrevistas com as personagens decidi marcar na casa delas, prezando pelo conforto na hora de falar sobre um assunto delicado como esse. Entrei em contato com as duas de forma educada, me apresentando, explicando o projeto e deixando claro que não precisavam participar caso se sentissem desconfortáveis. Para essas entrevistas, deixei apenas algumas perguntas com informações básicas prontas antes do dia do encontro com elas. Não foram totalmente roteirizadas porque, no caso de vítimas de casos policiais, penso que não seja adequado conversar muito sobre a situação antes da entrevista, para não intimidar elas e fazer com que desistam de falar. Dessa forma, busquei informações com as autoridades e fui às entrevistas para entender a história no local.

O processo de ambas as entrevistas com as personagens foi bem delicado. Logo ao chegar, pedi autorização para usar a imagem delas, além disso, disse que não precisariam responder nada que fizesse elas ficarem desconfortáveis. A partir daí, fui conduzindo as perguntas de acordo com o que elas estavam respondendo. As entrevistas aconteceram como uma conversa, na qual me contaram sobre a vida delas e a história que mais as marcou. As duas me impressionaram pela força e coragem de falar em uma entrevista. Ao escutar essas histórias e ampliar a voz da dor de alguém, tive como objetivo alertar outras mulheres sobre como se proteger da violência e conscientizar os telespectadores sobre o assunto através da reportagem.



Quando entrevistei as outras três fontes oficiais, escrevi as perguntas das entrevistadas antes do encontro, para garantir que estaria preparada para não esquecer de perguntar tudo que precisava apurar.

No dia das entrevistas um colega me acompanhou para ajudar na operação das câmeras durante as entrevistas, já que eu não queria interromper as perguntas para monitorar as imagens, já que o assunto não poderia ser interrompido.

Por fim, para gravar as passagens pensei no texto levando em consideração as informações que não teriam imagens para ilustrar a reportagem. Para isso, compus o texto em sua maioria com dados sobre feminicídio. Para que os dados não estivessem desatualizados e também para ter certeza que os textos fizessem sentido com o texto da matéria, deixei as passagens para gravar por último, depois de escrever o texto todo, na semana da entrega do trabalho. Foi a última coisa que coloquei na edição.

1.1.5 Produção e captação das imagens

Tendo em vista que a reportagem é um produto televisivo, precisei pensar nas imagens que fariam parte da forma como a história vai ser contada. Para compor a matéria, o processo de captação das imagens foi essencial.

Durante as entrevistas, conforme as entrevistadas falavam algo que chamava a atenção, fui pensando em detalhes de imagens que poderia usar para cobrir o texto. Durante a entrevista com a vítima de violência, peguei imagens detalhadas das marcas que ficaram no rosto dela depois da agressão que sofreu, além de imagens dela perto dos filhos. Na entrevista com a filha da vítima de feminicídio, peguei imagens de um quadro de uma foto que tinha junto com a mãe, além de várias fotos que ela guardava como memória. Nesse caso, também busquei imagens da câmera de segurança do dia do crime que aconteceu com a mãe dela.

Para falar sobre as políticas públicas para as mulheres, pedi autorização e fiz imagens da Casa da Mulher Brasileira, além de cartazes de campanhas promovidas pela subsecretaria de políticas públicas para mulheres de Campo Grande. Gravei imagens virtuais do site do tribunal de justiça onde mulheres podem pedir medidas protetivas e também uma imagem de medida protetiva sem os dados de nenhuma vítima.



Em algumas das entrevistas tive ajuda de amigos que foram comigo para fazer imagens de apoio, ou até para operar a câmera.

Nesse ponto também separei partes de reportagens que usei para apurar os casos das vítimas que falaram na reportagem. Usei eles na reportagem, dando créditos, para demonstrar o tamanho da repercussão na época que passaram.

1.1.6 Escrita do texto

Com as entrevistas gravadas, pude começar a pensar na estrutura da reportagem. Para começar o processo de escrever o texto, escutei as entrevistas e fui decupando todas as falas. Nesse momento, escrevi tudo que as entrevistadas falaram e comecei o texto.

Nesse ponto, tive muito cuidado para não sensacionalizar com as palavras na hora de tratar da violência que as mulheres sofreram. Mesmo assim, foi impossível não trazer a sensibilidade que as próprias histórias contavam através das entrevistas. Dessa forma, busquei fazer um texto rico em detalhes que pudesse escutar a voz e as dores que as mulheres sofreram e que, mesmo assim, respeitasse a integridade delas.

Para garantir informação, também trouxe entrevistas oficiais que pudessem trazer uma esperança para o telespectador de que algo está sendo feito e que é possível combater o feminicídio para que nenhuma outra mulher seja vitimada apenas por ser mulher.

1.1.7 Edição

Com o texto gravado e as imagens captadas, comecei a edição da reportagem. Com o auxílio do Programa Adobe Premiere Pro, adicionei os áudios que gravei no celular e comecei a compor a reportagem com imagens.

Nesse momento, cortei as partes escolhidas das falas das entrevistadas durante a escrita do texto e coloquei no meio dos offs e da passagem. Comecei a cobrir com imagens, sendo coerente com o que o texto dizia.

Aqui precisei legendar a fala da vítima de violência, já que a voz dela estava danificada fraca em decorrência da agressão sofrida.



Por fim, pensei em trilhas sonoras de força e superação, que pudessem ajudar a trazer comoção sem tirar a seriedade do que as entrevistadas estavam falando.

Após montar a reportagem e cobrir com as imagens, tive ajuda da Bruna Marcondes, editora de imagens, que me ajudou com os efeitos de transição e detalhes da reportagem. Durante todo o processo estive ao lado dela, pedindo alterações e acompanhando os detalhes da edição.

1.2 Dificuldades encontradas

A maior dificuldade que eu encontrei foi devido à sensibilidade do assunto feminicídio. Ao abordar as entrevistadas, tive que ter sensibilidade. Na hora de pensar no texto, precisei pensar em manter a integridade das mulheres que já foram vitimadas.

Além disso, tive dificuldade para chegar a conclusão do meu trabalho. Quando conversei com as vítimas tive o entendimento que a medida protetiva não era suficiente para combater o feminicídio. De fato, ela não é. Mesmo assim, fiquei com a impressão de que era um crime sem solução e que as mulheres precisam viver com medo. Por isso, busquei entrevistas com o setor de políticas públicas, com a Polícia Civil e com uma juíza para entender o que uma mulher pode fazer em situação de violência. A dificuldade foi entender qual seria a conclusão do meu trabalho, para que ele não fosse apenas uma reportagem que deixasse medo em quem assistisse, e sim trouxesse algum tipo de serviço. Além disso, não queria que fosse um trabalho que desencoraje mulheres a fazerem medidas protetivas, porque é um passo essencial no combate a violência. Para lidar com isso, entendi que o papel jornalístico da reportagem era levantar essa reflexão, se a medida é realmente suficiente, trazendo o ponto de vista das vítimas e também do poder público. É um assunto desconfortável, e a reportagem vem exatamente para trazer esse desconforto e causar reflexão. Depois de conversar com as entrevistadas, pude entender uma saída de combate na raiz do problema e de mudança estrutural na sociedade, além de outras formas práticas de buscar ajuda na polícia.

Por fim, encontrei dificuldades para editar a matéria. Eu já tive experiência profissional onde editei reportagens para televisão, mas todas com cerca de três a quatro minutos. Quando me deparei com essa reportagem, tive que aprender coisas que não sabia, como por exemplo legendar a fala de uma das entrevistadas.



1.3 Objetivos Alcançados

Por meio da reportagem produzida pude aprender muito sobre jornalismo humanizado, escutando e transmitindo a história de pessoas que passei a admirar. Entendi, mais uma vez, a função do jornalismo na vida das pessoas.

Além disso, pude entender que o feminicídio é um crime evitável e que existem políticas públicas para combatê-lo. Para isso, é necessária uma força geral da comunidade e que seja promovida uma verdadeira mudança na estrutura social em Campo Grande.

Por fim, também aprendi sobre o valor da imagem que fala mais do que o texto, além da importância de uma apuração de dados e pesquisa anterior a uma reportagem.

Com essa reportagem conseguiu atingir o objetivo de trazer o tema “feminicídio” para o centro de discussões, priorizando falas de mulheres vítimas dessa violência e especialistas na luta pelo combate à essa situação. Além disso, alcancei o objetivo de produzir uma reportagem mais longa, de forma a se aprofundar no assunto e fornecer informações suficientes para telespectadoras e telespectadores entenderem a gravidade dos fatos e por si só se questionarem a respeito do suporte e da proteção que as mulheres possuem por meio do Estado. Trouxe contrapontos, valorizando a visão das vítimas e também o trabalho das forças do estado. Mesmo não trazendo uma solução concreta, acredito que a reportagem cumpriu seu papel jornalístico, levantando a reflexão sobre a questão do feminicídio e do combate a ele em Campo Grande.

2. SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS:

4.1 Violência doméstica

O texto do art. 5º da Lei Maria da Penha deixa evidente que a violência doméstica não se reduz a violência física ou sexual. Quando um parceiro ofende, quebra algum pertence, faz chantagem com a situação financeira ou psicológica, ele está cometendo violência contra a mulher. É importante lembrar que estar em uma situação abusiva é estar sob o controle de alguém que te agride.

Osterberg (2018) conta histórias de sete mulheres que sobreviveram à violência. O livro conta detalhes das agressões vividas por essas mulheres, e exemplifica o quão bárbaro e enraizado na sociedade patriarcal é essa violência vivida diariamente por milhares de mulheres.



Nos relatos, ela descreve esses crimes cometidos de todas as formas, e a privação de liberdade em que as vítimas viviam. Segundo a autora, quando a maior parte das mulheres voltou a se relacionar com os parceiros depois das agressões, possivelmente por normalizar o homem como “impulsivo”, “imaturo” ou “insensível”, e a mulher colocar-se em uma posição de acolher e perdoar.

Osterberg (2018) mostra também os diversos motivos para uma vítima permanecer no relacionamento com seu agressor, como os filhos do relacionamento, uma situação de dependência financeira ou vulnerabilidade psicológica.

Nos casos relatados em Osterberg (2018), as vítimas sobreviveram e puderam contar suas histórias, mostrar suas cicatrizes e seguir com a vida. Mesmo assim, cada história relatada no livro exemplifica que qualquer tipo de violência contra a mulher, mesmo que não seja física ou termine em morte, priva a mulher de viver uma vida plena.

4.2 Femicídio

A lei do feminicídio, sancionada em 2015, foi pensada com o objetivo de identificar essa violência e criminalizar especificamente o ato. O texto da lei explica como a mesma tem o poder de ajudar mulheres em situação de agressões.

Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Diferente das vítimas que sobrevivem e relatam o abuso sofrido, milhares de mulheres morrem e têm seus sonhos e futuro ceifados pelo feminicídio. Nessa questão, é importante ressaltar que, ao falar de feminicídio, é impossível ignorar a violência contra a mulher. Isso porque, a maior parte dos casos de feminicídio se iniciam com a violência doméstica.

Arruda (2021) explica que vivemos em uma sociedade machista que, desde seus primórdios, cria ideais de homens “machos”, que são dominadores e têm a posse de suas mulheres. Essa mesma sociedade também cria mulheres, de gerações em gerações, para serem a



figura materna, de acolhimento e fragilidade. A autora desenvolve explicando que a relação entre homens e mulheres é, historicamente, baseada na superioridade masculina, e explica o processo que muitas vítimas passam até chegar no feminicídio.

ao ver sua companheira superior, ou com uma roupa mais atraente, saindo, levam a querer a mulher para si, e começam a mantê-las em cárcere dentro do próprio lar, destruindo os bens adquiridos pelo seu trabalho, denegrindo sua imagem, afetando o psicológico dessa mulher. Exigindo a deixar de lado as amizades, seus parentes, e seus próprios filhos, até conseguirem com que as vítimas se sintam sozinhas. É quando começam a intensificar as agressões até chegar ao feminicídio (Arruda, 2021, p.?).

Ela segue explicando que mesmo algumas vítimas escolhendo voltar a se relacionar com os agressores, elas seguem sendo mais vítimas ainda. A sociedade impõe ideias de culpabilização das vítimas, mas ignora que o machismo está tão presente nas raízes das relações humanas que é difícil quebrar os ciclos de violência. Além disso, muitas vítimas dependem financeiramente de seus parceiros, ou então tentam reconciliar as relações e acreditar em uma possível mudança dos homens por causa dos filhos. Há também a dependência emocional e psicológica, que é fruto do abuso sofrido.

Arruda (2021) destaca que mesmo se prevenindo de acordo com a lei, com medida restritiva contra seus abusadores, acabam sendo alvo do feminicídio. Esse foi o caso de dois dos três feminicídios que ocorreram durante o ano de 2023 em Campo Grande. As vítimas foram até a delegacia, mas a ordem judicial não impediu seus antigos parceiros de ceifarem suas vidas.

4.3 Rede de proteção para a mulher no Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul foi sede da primeira Casa da Mulher Brasileira do país. Ela integra, no mesmo espaço, serviços especializados para os mais diversos tipos de violência contra as mulheres: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; Juizado; Ministério Público, Defensoria Pública; promoção de autonomia econômica; cuidado das crianças – brinquedoteca; alojamento de passagem e central de transportes). Lá é possível receber atendimento 24 horas por



dia, todos os dias. Recentemente, uma sala especial para realização do exame de corpo e delito, do IMOL (Instituto de Medicina e Odontologia Legal) foi inaugurada.

Esse é um espaço importante em um estado que ainda apresenta números altos de casos de violências contra as mulheres. De acordo com o Monitor da Violência e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2022 (FBSP), Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro que mais mata mulheres: 8,3 a cada 100 mil. Também está entre os três com a maior taxa de feminicídio, são 2,6 mortes a cada 100 mil. Em 2019, o governo do estado do Mato Grosso do Sul deu início ao [Mapa do Feminicídio](#),⁶ que é um levantamento anual das mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicídios, ocorridas no Estado, com objetivo de sistematizar e divulgar os dados de violência contra a mulher e de feminicídios, que servirão como subsídios para elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência. O Mapa do Feminicídio mais recente, de 2022, diz que 17.856 mulheres registraram B.O por algum tipo de violência doméstica e familiar. Isso significa que, por dia, mais de 48 mulheres procuraram uma delegacia de Polícia no estado.

Para construir o atual projeto foram utilizados dados atualizados do SIGO (Sistema Integrado de Gestão Operacional) estatística, que indicam os números reais de casos registrados em Campo Grande e no estado.

4.4 Telejornalismo

Pesquisa realizada pela Kantar IBOPE Media, que estuda a disseminação dos conteúdos em vídeo no Brasil, revela que, em 2021, 93% dos brasileiros viram a televisão linear (emissoras abertas ou por assinatura que transmitem conteúdo em vídeo com horários predefinidos) ao longo de um mês e ela alcançou 54% dos indivíduos a cada dia. Ela explica que a televisão linear ainda concentra 79% de todo o tempo gasto consumido vídeo dentro de casa.

Mesmo assim, segundo a pesquisa Brasileira de Mídia 2016, a televisão é o meio de comunicação mais utilizado no país e as pessoas assistem mais à televisão para se informar. Isso se atesta no livro *Televisão e Telejornais: transições*, publicado em 2016 por Beatriz Becker. “No entanto, a televisão ainda é a principal fonte de informação e entretenimento para a maioria da

⁶Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Mapa-do-Feminicidio-2022-Entrega-Final-1.pdf>. Acesso em:



população brasileira, reunindo mais de 69% dos investimentos publicitários em 2014 e 2015, e os noticiários televisivos configuram-se como os produtos de informação de maior impacto no país”. (Becker, 2016, p.?).

As produções em vídeo ganham cada vez mais espaço na internet. Logo, os programas televisivos estão disponíveis em plataformas digitais e podem ser ainda mais disseminados. Com o vídeo e a televisão, as reportagens televisivas têm o poder de alcançar o maior número de brasileiros e brasileiras possível.

Além disso, o jornalismo e, no caso que pretendo focar, o jornalismo de televisão já foi utilizado de maneira sensacionalista de forma que, ao invés de ajudar a resolver o problema, agiu de forma antiética e feriu a vida das pessoas. Um exemplo foi o caso de Eloá Pimentel, jovem de 15 anos que, em 17 de outubro de 2008, após ser mantida por quase cinco dias em cárcere privado, foi morta pelo ex-namorado Lindemberg Alves Fernandes. Nesse caso, a apresentadora e jornalista Sonia Abrão chegou a conversar com Lindemberg ao vivo em seu programa de televisão, o “A tarde é sua”, da RedeTV enquanto o crime era cometido. A cobertura televisiva desse caso foi muito estudada.

Imagens e diálogos são necessários para a construção de uma narrativa espetacularizada. O que foi transmitido pela Rede TV! no programa “A Tarde É Sua” foi senão 100 horas de reality-show que envolveram o ciúme, amizade, amor adolescente e tensão dramática. Mesmo entendendo que o fato noticiado pertencia a esfera do jornalismo policial, a linha editorial do programa seguiu espetacularizando a transmissão do sequestro de tal forma que, a partir da incorporação de diversos elementos, fizeram com que a cobertura ao vivo do caso fosse veiculada com diversos aspectos de um reality-show. Uma das características mais marcantes desta análise é a duração da entrevista de Sonia Abrão com o sequestrador e a vítima. Enquanto Eloá estava sendo mantida em cárcere privado, a apresentadora conversava tranquilamente com “os confinados” chegando a passar instruções de como eles deveriam proceder ao sair do apartamento. Sequestrador e vítima assistiam pela televisão Sonia Abrão conversando com eles, como fazem os participantes do Big Brother Brasil, aos domingos em diálogo com Pedro Bial, apresentador do programa. Lindemberg, que ditava as regras, certamente era o líder da vez. (OLIVEIRA e LEAL, 2015, p.23).

Oliveira e Leal (2015) falam sobre uma linguagem televisiva que é mais “popular”, a fim de conversar com o telespectador. Para isso, os autores dizem que o jornalismo pode passar a ser



um “reality-show”, e ter proporções catastróficas e de extrema irresponsabilidade, como no caso de Eloá.

A força da mídia não está apenas em construir a realidade, mas também em ocultá-la. Quem tem poder para difundir notícias, tem poder para manter segredos e difundir silêncios. Podemos concluir que uma parte do que de importante ocorre no mundo, ocorre em segredo e em silêncio, fora do alcance dos cidadãos. A média de horas que um brasileiro fica diante da TV é de 4 horas, recebendo uma grande 'carga de informação', porém cabe a nós perceber que a mídia não é onipotente. Devemos exercer de forma pacífica e legítima o nosso poder, diria o quinto poder, lutando pela democratização dos meios de comunicação, pois com isso certamente a mobilização popular e as iniciativas de mudanças serão muito mais fáceis e rápidas (Ciotalla, 2022, p.67).

Com essa responsabilidade em mente para lidar com casos policiais, que envolvem o feminicídio, se faz indispensável refletir sobre como o telejornalismo e toda a sua influência pode mudar a opinião pública e o destino de casos policiais de forma antiética.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminicídio é um crime que pode ser evitado através de uma mudança social. A principal forma de combater a violência contra a mulher é a solicitação de uma medida protetiva. Mesmo que ela pareça apenas um pedaço de papel, quando ela é feita logo na primeira agressão, ela tem o poder de salvar vidas. O grande problema do combate a esse tipo de violência é que ela é um ciclo. Muitas mulheres não se entendem como vítimas na primeira agressão, e isso ocorre devido ao machismo que existe na sociedade. É muito mais fácil salvar uma mulher da agressão se ela buscar ajuda no início, mas é preciso entender a realidade dessas vítimas. Muitas têm filhos ou são dependentes emocionais e financeiras de seus agressores, por isso não denunciam.

Por esse motivo, acredito que reportagens como o meu trabalho de conclusão de curso são de grande serventia social. Através da história de mulheres que foram obrigadas a viver com a dor da violência, pude trazer comoção, conscientização e incentivo para mulheres buscarem ajuda.

A única forma para que o feminicídio acabe é com uma mudança na estrutura patriarcal da sociedade. É fazendo campanhas de conscientização, ensinando nas escolas sobre



empoderamento feminino e garantindo que todas saibam como pedir ajuda. Além disso, que saibam sobre como o poder público pode trabalhar a favor de salvar a vida das vítimas através de instrumentos como botão do pânico ou tornozeleira eletrônica. Muitas vezes a mulher que já foi vítima tem medo de buscar ajuda e ser vítima mais uma vez por uma sociedade machista que pode desacreditar na sua dor.

Por fim, essa reportagem me fez acreditar ainda mais na força do jornalismo e da televisão, que se mostra poderosa o suficiente para fazer parte dessa tão necessária mudança social, sendo quem conecta o telespectador com a informação.

4.REFERÊNCIAS:

OSTEMBERG, Maria Mariana. Os Perfis de Maria: Relatos de mulheres sobreviventes do relacionamento abusivo. Mato Grosso do Sul: 2018, Edição do autor.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público Brasileiro, 2018. Brasília: 2018. 244 páginas.

DE ARRUDA, Sulene Cabral. Violência contra a mulher até o extremo do feminicídio. Recife: 2022. 38 Páginas.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa brasileira de mídia – 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: 2014. 152 páginas.

BRASIL. Monitor da Violência e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). [VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL]. Recuperado de [<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>]

OLIVEIRA, Paulo Rogério Costa e LEAL, Carolina de Andrade. Cobertura do Caso Eloá Pimentel: Quando a cobertura jornalística assume ares de reality-show. Salvador: 2015.

BRITTOS, Valério Cruz. Estudos culturais, economia política da comunicação e o mercado brasileiro de televisão. Argentina, Buenos Aires: 2022. 210 páginas.

5. APÊNDICES



FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ROTEIRO DE TELEJORNAL E

Laud
a:
01

REPORTAGEM

Data:	Retranca:	Tempo:	Deixa:
Editora:			

<p>SONORA LUIZA CAROLINA DE ARRUDA - doméstica</p> <p>OFF 1</p>	<p>“Hoje, a imensidão que eu tenho é de estar feliz porque estou viva. Eu tô muito feliz (Eu: quer compartilhar essa felicidade agora?) Com certeza (As lágrimas são de felicidade?) Estou muito feliz mesmo, porque eu estou viva. É muita felicidade// e uma coisa que eu quero: justiça”</p> <p>NÃO, O ÁUDIO DA ENTREVISTA QUE VOCÊ OUVIU AGORA NÃO ESTÁ COM PROBLEMA// A VOZ FALHA QUE SOA COMO UM SUSPIRO DE FORÇA É DA LUIZA CAROLINA// ELA FOI TORTURADA, ESTUPRADA E MANTIDA EM CÁRCERE PRIVADO POR QUASE 10 HORAS PELO EX-NAMORADO// UMA DAS SEQUELAS QUE FICARAM FOI O DANO NAS CORDAS VOCAIS// A PARTIR DE AGORA, A FALA DELA VAI SER LEGENDADA/ *</p>
<p>SONORA LUIZA CAROLINA DE ARRUDA - doméstica</p>	<p>(Porque a senhora decidiu falar?) Sabe porque? Muitas mulheres passam por isso, não tem coragem de denunciar seu agressor. Muitas vão, denunciam, pedem medida protetiva, e aí tiram, pensando que o agressor vai mudar. Quem bate uma vez, bate duas, bate três, não vai mudar, é tudo mentira” (0:42)</p>
<p>OFF 2</p>	<p>A CORAGEM DA LUIZA IMPRESSIONA.// O OLHO ROXO E COM PONTOS É RESULTADO DO TERROR QUE VIVEU// POR POUCO, ELA NÃO FOI VÍTIMA DE FEMINICÍDIO//</p>
<p>SONORA LUIZA CAROLINA DE ARRUDA - doméstica</p>	<p>“eu vou matar ela, vou ensinar ela a respeitar homem. Ela tem que aprender a respeitar o homem. Ela tá achando que eu</p>



FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

REPORTAGEM

ROTEIRO DE TELEJORNAL E

Laud
a:
01

Data:	Retranca:	Tempo:	Deixa:
Editora:			

<p>OFF 3</p> <p>SONORA LUIZA CAROLINA DE ARRUDA - doméstica</p> <p>OFF 4</p> <p>-----</p>	<p>engoli essa história do ex marido vir aqui, não engoli. Eu vou ensinar ela a respeitar homem”</p> <p>AS AGRESSÕES COMEÇARAM PORQUE O EX MARIDO DA VÍTIMA FOI ATÉ A CASA DELA PARA BUSCAR UM DOS FILHOS DO CASAL// O EX-NAMORADO FICOU COM CIÚMES E AGORA LUIZA VAI VIVER PRO RESTO DA VIDA COM AS MARCAS DA AGRESSÃO//</p> <p>SONORA - LUIZA CAROLINA - doméstica “Não tenha medo! Se você demonstra medo, eles intimidam você mais ainda. A intenção deles é por medo pra que vc não denuncie, tenha medo dele. Não temos que ter dó do agressor. Ele não conseguiu me matar hoje, mas amanhã pode fazer com outra o que não conseguiu fazer comigo”</p> <p>DEPOIS DE MUITAS HORAS DE LUTA E CORAGEM, LUIZA SOBREVIVEU// EM MUITOS CASOS COMO O DELA, O RESULTADO É DIFERENTE// ((VÍDEO DA REPORTAGEM))</p> <p>Video jornal “E A POLÍCIA CIVIL DA CAPITAL CONFIRMOU QUE A MULHER DE 32 ANOS BALEADA PELO MARIDO ONTEM JÁ TINHA REGISTRADO 6 BOLETINS DE OCORRÊNCIA CONTRA O AGRESSOR/ O ÚLTIMO DELES, FOI MOMENTOS ANTES DO CRIME// A VÍTIMA ESTAVA NO BALCÃO DA LOJA ONDE TRABALHA NO BAIRRO MONTE CASTELO// DE REPENTE O HOMEM CHEGA E ATIRA// A BALA ATINGE O PESCOÇO DA MULHER// NA SEQUÊNCIA ELE DISPARA CONTRA O PRÓPRIO QUEIXO E CAI//”</p> <p>FOI O QUE ACONTECEU COM A MÃE DA AMANDA, // <i>SOBE SOM DE TRILHA</i> PAMELLA JENNIFER GARICOI FOI VÍTIMA DE FEMINICÍDIO EM ABRIL 2017// ATÉ HOJE, 8 ANOS</p>
---	--



FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ROTEIRO DE TELEJORNAL E

Laud
a:
01

REPORTAGEM

Data:	Retranca:	Tempo:	Deixa:
Editora:			

OFF 5	<p>DEPOIS, A JOVEM VIVE COM A DOR E A SAUDADE DEIXADAS PELA VIOLÊNCIA//</p> <p>SONORA AMANDA RAWANY - Filha de vítima de feminicídio</p> <p>“Falar dela é como se tivesse conhecido ontem// fazem oito anos, mas é como se fosse ontem// a minha mãe foi a melhor mãe do mundo// ela foi uma mãe muito guerreira, ela fazia de tudo por mim e pela minha irmã, ela era muito cuidadosa, carinhosa, vaidosa// ela nunca deixou faltar nada//</p>
SONORA AMANDA RAWANY - Filha de vítima de feminicídio	
OFF 6	<p>PAMELLA FOI ASSASSINADA PELO EX MARIDO JHONNY TEODORO DE SOUZA ENQUANTO TRABALHAVA/// O CASO FOI AMPLAMENTE DIVULGADO//*</p> <p>SOBE SOM - MATERIAS SOBRE O CASO</p> <p>32 DIAS DEPOIS DO CRIME, PAMELLA MORREU// JHONNY PERDEU A VISÃO DO OLHO ESQUERDO E FOI CONDENADO A 18 ANOS E 6 MESES DE PRISÃO EM REGIME FECHADO POR FEMINICÍDIO// ALÉM DA DOR E DA SAUDADE DEIXADA, AMANDA, VÍTIMA INDIRETA DESSE CRIME, CARREGA A REVOLTA POR TODAS AS VEZES QUE A MÃE PEDIU AJUDA//</p>
OFF 7	<p>“A minha mãe sofreu isso porque ela não teve o apoio da polícia, ela não teve. Diversas ameaças. Diversas vezes o cara bateu nela. Ameaça, que ia matar ela. Ela já fez diversos boletins de ocorrência. No dia ela tinha feito um boletim que ele tinha falado que ia matar ela. Porque q eles não prenderam ele, sabe? São coisas que poderiam, que podem ser evitadas// porque que eles não fizeram nada além de medida que ele não podia ficar 1 metro perto dela. Isso não resolve nada. Diversas vezes ele</p>
SONORA AMANDA RAWANY - Filha de vítima de feminicídio	



FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

ROTEIRO DE TELEJORNAL E

Laud
a:
01

REPORTAGEM

Data:	Retranca:	Tempo:	Deixa:
Editora:			

<p>PASSAGEM 1 - Gabi Cenciarelli Campo Grande</p> <p>SONORA ANALU FERRAZ - DELEGADA DA DEAM</p> <p>OFF 8</p>	<p>pulava o portão, ele ameaça ela e eles nunca apareciam lá// Medida protetiva pra mim, não serve pra nada, se servisse pra alguma coisa, hoje eu poderia falar que minha mãe tá aqui, mas ela não tá”</p> <p>“A INSEGURANÇA ASSUSTA, MAS NA PRÁTICA A MEDIDA PROTETIVA É A PRINCIPAL FORMA QUE A POLÍCIA CONSEGUE INTERVIR EM CASOS DE VIOLÊNCIA// EM 2023 A DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER REGISTROU CERCA DE 8 MIL OCORRÊNCIAS POR VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, QUASE TODAS ACARRETARAM EM MEDIDAS PROTETIVAS// NAQUELE ANO 8 MULHERES FORAM VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO, APENAS UMA TINHA MEDIDA PROTETIVA// EM 2024, ATÉ O MÊS DE JUNHO, 5 MULHERES MORRERAM NA CAPITAL, E NENHUMA TINHA MEDIDA PROTETIVA CONTRA O AGRESSOR//</p> <p>então quer dizer que a medida protetiva é eficiente, ela é eficiente, ela protege, mas é um crime que acontece no âmbito da casa, então às vezes o braço da polícia não consegue alcançar esses casos” “É um crime que por mais que você faça, e você faz políticas públicas para conscientizar pra fazer com que as mulheres entendam ser vítimas, porque uma das maiores dificuldades para quem trabalha frente a violência doméstica é fazer com que as vítimas se entendam como vítimas// porque quando a mulher vem a unidade policial registrar ocorrência, ela já tá se entendendo como vítima//”</p> <p>AINDA HOJE, PRA QUEM FOI VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, A INSEGURANÇA EM RELAÇÃO A MEDIDA PROTETIVA PREVALECE//*</p>
--	---



FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

REPORTAGEM

ROTEIRO DE TELEJORNAL E

Laud
a:
01

Data:	Retranca:	Tempo:	Deixa:
Editora:			

<p>SONORA LUIZA CAROLINA DE ARRUDA - doméstica</p>	<p>“Segura não é uma palavra certa porque a medida protetiva, pra lei ela existe, mas os policiais não vão ficar do meu lado. A medida protetiva é só uma forma de intimidar o agressor, que muitas vezes não adianta” (0:33)</p>
<p>OFF 9</p>	<p>SOBE SOM IMPRESSORA SAINDO MEDIDA PROTETIVA</p> <p>ENTÃO PRA VÍTIMAS QUE SOBREVIVEM VEM A DÚVIDA: QUAL É O VALOR DE UM PEDAÇO DE PAPEL?</p>
<p>SONORA CARLA STEPHANINI - SubSecretaria de Políticas públicas para mulheres - Campo Grande</p>	<p>“Mesmo que na prática uma medida protetiva pareça pouco, pareça um pedaço de papel, ela é necessária para que o poder público possa agir. Ela pode aparecer, mas ela não é apenas um pedaço de papel.</p> <p>Ela tem efeitos importantes em todo este processo que nós vamos falando, ela tem efeitos importantes.</p> <p>Então, não desacredite da medida protetiva. A medida protetiva é importante, ela salva vidas, ela faz parte desta barreira de proteção que se oferece às mulheres. E uma vez recebendo, sendo deferida essa medida protetiva, essa vítima tem que entender que permitir ou não denunciar a violação dessa medida pelo ambensor é trazer ela novamente. Para uma exposição ao risco seríssima, que é, no final, eventualmente até o feminicídio, que nós vemos que é uma morte evitável.” (1:13)</p>
<p>OFF 10</p>	<p>E PARA FACILITAR A BUSCA POR AJUDA, A JUSTIÇA DO MATO GROSSO DO SUL CRIOU UM SITE ONDE A VÍTIMA PODE PROCURAR INFORMAÇÕES SOBRE COMO SE PROTEGER, ALÉM DE CONSEGUIR PEDIR A MEDIDA PROTETIVA ON-LINE//</p>



FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL

REPORTAGEM

ROTEIRO DE TELEJORNAL E

Laud
a:
01

Data:	Retranca:	Tempo:	Deixa:
Editora:			

<p>OFF 11</p> <p>SONORA AMANDA RAWANY - Filha de vítima de feminicídio</p> <p>OFF 12</p> <p>SONORA LUIZA CAROLINA DE ARRUDA - doméstica</p>	<p>modelo não nos serve . Esse modelo nos machuca. Esse modelo nos mata” (0:021)</p> <p>AS MUDANÇAS SÃO PRO FUTURO// PRA QUEM SOFRE AGORA, O TEMPO NÃO ESPERA//</p> <p>“Podem me dar tudo, eu nunca vou ser feliz de novo. Podem me dar tudo, e ainda vou sentir um vazio dentro de mim. E eu vou sentir pro resto da vida. É inexplicável. Eu sonho em ser mãe, cadê a minha mãe? Sabe?”</p> <p>PRA QUEM NÃO ENTENDEU LÁ NO COMEÇO, AS VEZES O SUSPIRO DE FORÇA PRECISA SER AINDA MAIS ALTO//</p> <p>(IMAGENS DOS MACHUCADOS LUIZA) TELA PALAVRAS PASSANDO UMA POR UMA: Estou muito feliz mesmo, porque eu estou viva. É muita felicidade// e uma coisa que eu quero: justiça”</p>
---	---



Consulta de Ocorrência

Local:	Ocorrência Nº:	Data do Fato	Data do Registro
Endereço: Burdorema, 804	[REDACTED]	25/02/2024 às 10:50	25/02/2024 às 11:24
Bairro: J. [REDACTED]			CEP: [REDACTED]
Cidade/UF: Campo Grande/MS	Região: AR [REDACTED]		
Referência: [REDACTED]	Ref. Especial:		

HISTÓRICO

Por volta das 09:40 fomos solicitados via Copom para deslocarmos no Upa Tiradentes no qual havia uma vítima de violência doméstica, chegando no local entramos em contato com assistência social que nos relatou que a vítima, com lesões, havia dado entrada por volta das 09h acompanhada de sua filha. Em contato com Luiza Carolina, nos relatou que na data de ontem, por volta das 20h começou a discussão com seu companheiro (Ariston Neto Correa 08/08/99) por motivo de ciúme, segundo ela o companheiro estava com ciúme do pai do seu outro filho, que alegou que ela estava dando atenção demais e tendo muito contato com o pai da criança, momento em que a discussão evoluiu e começou as agressões. Vítima relatou que foi agredida com chutes na região da costela, socos na face e enforcamentos. Relatou também que foi ameaçada várias vezes com faca e que foi forçada a ter relação sexual por duas vezes, havendo penetração vaginal e anal sem preservativo. Nos informou que toda a situação de agressão, abuso sexual e ameaça começou por volta das 20h até as 06h da manhã do dia seguinte, que então o indivíduo tomou seu celular e deslocou em rumo desconhecido. A filha (Thays Caroline Silveira de Arruda 01/02/2001) da vítima que por não conseguir contato com a mãe deslocou até a residência da mãe e a encontrou nesta situação, conduzindo-a imediatamente para essa unidade de UPA. Luiza Caroline apresenta lesão no lado esquerdo do tórax, na face com corte no supercílio direito, e olho esquerdo inchado. Foi informado ainda que os dois se conheciam a aproximadamente seis meses e que há dois meses moravam juntos. Que Ariston era usuário de cocaína e possivelmente teria se deslocado para Rochedo após o fato. Vítima foi atendida pelo Dr. Nilson Henrique da Silva CRM 12695 e ficou em observação para demais procedimentos. Vítima foi orientada a procurar a Delegacia Especializada após receber alta para tomar as demais providências.

DETALHES DAS MOVIMENTAÇÕES

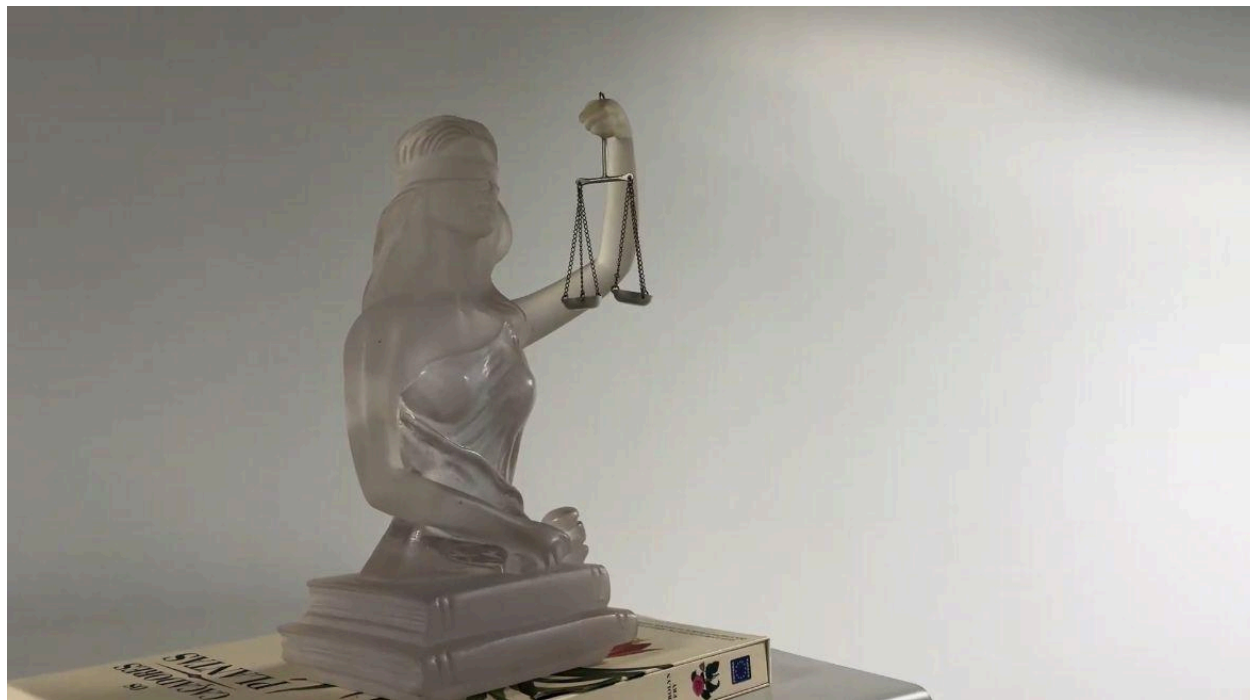






Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul















Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul fls. 14
Comarca de Plantão
I Região - Campo Grande - Criminal

Autos: [REDACTED]
Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça
Requerente: [REDACTED]
Requerido: [REDACTED]

Vistos.

Trata-se de pedido de **MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA PREVISTA NA LEI MARIA DA PENHA** formulado por [REDACTED] em face de [REDACTED], todos já qualificados nos autos.

Consta nos autos que, na data de [REDACTED] 2023, o requerido ameaçou a vítima, sua ex-cônjuge, razão pela qual, com base na Lei n.º 11.340/06, a ofendida postulou a concessão de medidas protetivas de urgência. Consta, ainda, que o acusado possui arma de fogo e, não aceitando a separação, estava perseguindo a ofendida por onde ela ia.

É o relatório. Fundamento e decido.

A Lei 11.340/06 dispõe, em seu artigo 22, sobre a possibilidade de fixação de medidas cautelares à salvaguarda da mulher em situação de violência doméstica e familiar:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras: I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

In casu, verifica-se a presença dos requisitos necessários à concessão da tutela cautelar pretendida, eis que os fatos narrados perante a autoridade policial demonstram o *fumus boni iuris*, face à relevância dada à palavra da vítima nos delitos dessa natureza que, geralmente, ocorrem nos estreitos limites do lar, longe da presença de testemunhas.

Já o *periculum in mora* consiste na necessidade de proteger a vítima de eventuais e possíveis investidas do representado que lhe traga sofrimento, físico, psicológico, moral ou sexual.

É cediço que as medidas de proteção previstas na Lei n. 11.340/2006, visam prevenir e coibir a prática de violência física, moral, patrimonial, psicológica e sexual contra a mulher no âmbito doméstico ou familiar, de forma que a concessão da medida é necessária a fim de evitar outras desavenças e possíveis novas agressões e perturbações contra a vítima. Registre-se que não raras vezes, os constantes atritos entre agressor e

Modelo 329275 -M19866 -
Endereço: Rua da Paz, nº 14, Jardim dos Estados - CEP 79020-040, Fone: (67) xxxx-xxxx, Campo Grande-MS - E-mail: x@tjms.jus.br

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ADRIANA LAMPERT. Liberado nos autos digitais por M296, em 17/02/2023 às 09:02:24. Para acessar os autos processuais, acesse o site <https://esaj.tjms.jus.br/esaj>, informe o processo [REDACTED] e o código 548EAA1.